

30 MAI 1988

## Sarney critica a Constituinte

ANC p13

João Domingos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney disse aos presidentes dos tribunais superiores, na reunião realizada domingo no Palácio da Alvorada, ser tão grave a situação do Tesouro que, se a nova Constitui-



José Sarney

ção for promulgada nos próximos dias, não terá condição de cumpri-la. Durante as três horas e meia de reunião, Sarney mostrou-se muito ressentido com a Constituinte, principalmente no que se refere à reforma tributária. Em avaliação feita por alto, disse que, a partir da vigência da nova Carta, a União ficará com apenas 19% de toda a arrecadação nacional.

O mesmo quadro pintaram os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, e do Superior Tribunal Militar, Antônio Geraldo Peixoto. O presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), Gueiros Leite, enviou telex ao presidente alegando "motivos supervenientes", enquanto Paulo Brossard, da Justiça, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, ouviram os outros ministros sem fazer qualquer comentário.

**Sem investimentos** — Primeiro, falou o ministro Mailson da Nóbrega. Abrindo pastas e expondo gráficos, disse que o país está gastando tudo com o pagamento do funcionalismo pú-

blico. "Não teremos como investir", disse, com ar grave. Mostrou, então, que nos últimos cinco anos a folha de pagamento do funcionalismo público triplicou: "Muitas estatais deram aumento acima da média, a Justiça tem concedido abonos imprevistos. Tudo isso agravou a situação."

Em seguida, a palavra passou ao presidente Sarney. "Isso que falam, de que não há harmonia entre os poderes, é invenção da imprensa. Sou advogado e sei da necessidade dessa harmonia. Gostaria de cumprimentar e agradecer aos senhores por terem aceito o convite para essa reunião", disse o presidente, em tom conciliador. Nesse momento, foram servidos com suco de melão e pastéis.

Chegou a vez do ministro da Seplan. João Batista de Abreu praticamente repetiu o que haviam dito Mailson e Sarney, acrescentando apenas que estava difícil fazer novos investimentos. Aí, tocou o telefone. Era para o presidente José Sarney. Do outro lado, informaram que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, precisava ser levado urgentemente a São Paulo para uma operação. Sarney começou a providenciar um avião e interrompeu a reunião por mais quatro vezes para tratar do assunto.

Quando o presidente largou o telefone, o ministro Marcelo Pimentel perguntou como estava a negociação da dívida externa. Sarney respondeu que caminhava bem: "Nos próximos dias devemos fechar o acordo com o FMI; em agosto, como o Clube de Paris. Mas, para o acordo com o FMI, devemos segurar o déficit público em 4% do PIB (Produto Interno Bruto). Por isso, cortamos a URP do funcionalismo", disse Sarney, na primeira menção ao verdadeiro sentido da reunião.

Ainda com relação à dívida externa, o presidente da República disse que o

FMI está querendo um déficit público de 0% do PIB. "Isso não vamos conseguir mesmo. Nem com todo o sacrifício. Mas achamos que, se a economia mostrar bom comportamento, conseguimos convencê-los a fechar em 4%. Para isso, dependemos da colaboração de todos", disse Sarney, na segunda estocada em favor da suspensão da URP.

Terminada esta primeira fase da reunião, foi servido suco de laranja. O ambiente descontraíu-se. Cada um começou a falar dos problemas que enfrenta para administrar seu pessoal. Até o general Ivan Mendes, que ficara calado todo o tempo, resolveu entrar no assunto. Lembrou-se de velhos problemas no Exército: "Indisciplina, reclamação de soldo baixo, saúde etc."

**Lei do zebu**— Sarney terminou de beber o suco de laranja e tomou de novo a palavra. Mesclando fatos atuais e lembranças, disse que a nova Constituição tem tantos artigos protecionistas, que lembra o Brasil de 40 anos atrás. "Todos vocês recordam-se da chamada lei do zebu. Pois é, ocorre a mesma coisa." (A lei do zebu citada por Sarney foi aprovada em meados de 1940 para beneficiar pecuaristas que deviam ao Banco do Brasil, principalmente na região do Triângulo Mineiro.)

Para o presidente, o que se compara com a lei do zebu é a emenda à Constituição que anistia pequenos e microempresários rurais em débito com o Banco do Brasil. Mailson da Nóbrega mostrou um estudo sobre esta emenda: "Vai representar um total maior do que o orçamento do Ministério da Educação para este ano, CZ\$ 215 bilhões."

**Editorial Inflação Indecente**